

**Medida Provisória para melhoria
do gasto e combate a fraude**

PRINCIPAIS MEDIDAS

Combater fraudes

Melhoria da qualidade do gasto

Aumentar a eficiência administrativa

FOCO DAS MEDIDAS

- Melhora nos processos e na operacionalização relacionado a concessão e manutenção de benefícios previdenciários e assistenciais
- Reforço na análise de processos com indícios de irregularidades e processos pendentes de concessão acima de prazos legais
- Redução da judicialização
- Aumento da efetividade das análises com a informatização
- Institucionalização dos canais remotos e processo eletrônico no INSS
- Combate a fraude

BASES DE INFORMAÇÃO PARA A MEDIDA

- Resultados de ações da Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária – COINP
- Relatórios de ações da Polícia Federal
- Relatórios de Auditorias do TCU e da CGU
- Ações Cíveis Públicas relacionadas ao combate ao desperdício no INSS e melhora da Eficiência

AUXÍLIO RECLUSÃO

Benefício previsto na Constituição Federal para os dependentes dos segurados de baixa renda que são presos em regime fechado e semiaberto.

COMO É HOJE

- Não há carência.
- Na Justiça, qualquer pessoa desempregada pode ser enquadrada como baixa renda, independentemente do seu patrimônio e de seu último salário.
- Fragilidade na comprovação da condição de recluso. Grande incidência de falsificação das Certidões de Permanência Carcerária.
- Fazia jus em regime fechado ou semi-aberto;



COMO FICA

- Carência de 18 meses.
- Comprovação da baixa renda com a média de salários anteriores.
- INSS celebrará convênio com os órgãos públicos responsáveis pelos cadastros dos presos.
- Só se aplica ao regime fechado;

PENSÃO POR MORTE

COMO É HOJE

- A união estável e dependência econômica podem ser reconhecidas, judicialmente, com base em prova exclusivamente testemunhal.
- Para os dependentes menores o pagamento retroativo à data do óbito, sem exigência de prazo de requerimento.
- Se reconhecida nova relação de dependência (ex. paternidade), este dependente recebe valor correspondente de forma retroativa, sem necessidade de devolução de valores dos demais dependentes.



COMO FICA

- Disposição expressa na lei exigindo prova documental contemporânea aos fatos.
- Dependente menor de 16 anos terá 180 dias para requerer com recebimento desde o óbito;*
- Em caso de reivindicação de dependência após a morte, parte do benefício ficará retida até o resultado da ação, evitando pagamento em duplicidade.

* Modificação no RGPS e RPPS.

BENEFÍCIOS RURAIS

COMO É HOJE

- Declaração de comprovação de atividade rural é fornecida pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.



COMO FICA

- Substituição da declaração de exercício da atividade rural do sindicato em duas etapas:
 - Até 2019 os períodos serão certificados por entidades do PRONATER.
 - A partir de 2020 a comprovação será baseada em cadastro próprio gerido pelo Ministério da Agricultura.

PERÍCIA MÉDICA

COMO É HOJE

- São revistos os benefícios por incapacidade mantidos sem perícia há mais de 2 anos.
- Passivo de 2.5 milhões de benefícios de prestação continuada que necessitam de revisão médico-periciais.
- Reconhecimento de isenção tributária para portadores de doenças graves é realizada exclusivamente pela análise documental. Não há perícia.



COMO FICA

- Serão revisados os benefícios por incapacidade mantidos sem perícia há mais de **6 meses**.
- Implementação de Programa de revisão médico-pericial para os benefícios de prestação continuada.
- Revisão de afastamento e aposentadorias de benefícios concedidos aos servidores públicos.
- Avaliação pela perícia médica para fins de reconhecimento de isenção tributária.

SALÁRIO MATERNIDADE

COMO É HOJE

- Poderia efetuar o requerimento até 5 anos após o fato gerador;
- Não ocorria decadência do direito



COMO FICA

- Poderá efetuar o requerimento até 180 dias do fato gerador;
- Ocorre decadência do direito após o prazo.

DESCONTO EM BENEFÍCIOS

COMO É HOJE

- Só havia previsão de desconto em benefícios previdenciários;
- Não havia revalidação dos descontos associativos.



COMO FICA

- Previsão de descontos em benefícios previdenciários ou assistenciais;
- Previsão de desconto decorrente de tutela revogada e inscrição em dívida ativa;
- O desconto de contribuição associativa deverá ser revalidado anualmente pelo beneficiário.

CERTIDAO DE TEMPO DE CONTRIBUICÃO

COMO É HOJE

- Havia possibilidade do regime próprio certificar período de regime geral exercido no próprio órgão no caso de transformação de regime previdenciário.



COMO FICA

- É necessário emitir CTC pelo INSS (Regime Geral) mesmo quando o período de exercício no órgão tenha sido averbado automaticamente.

OUTRAS MEDIDAS


- Suspensão imediata dos benefícios com suspeita de irregularidade nos casos de não apresentação de defesa ou indeferimento desta pelo INSS.
- Criação de Bônus Especial de Desempenho para área técnica do INSS para análise de processos com indícios de irregularidades (TCU/CGU, Força Tarefa Previdenciária e suspeita de óbito). Valor igual a R\$57,20 por processo concluído.
- Prever na lei a obrigatoriedade de devolução, pelos bancos, de pagamentos depositados após o óbito do beneficiário.
- Aprimoramento da identificação do segurado (ex. biometria).
- O requerimento, a concessão e a revisão do BPC ficam condicionados a autorização do requerente para acesso aos seus dados bancários, abrindo mão do sigilo.

OUTRAS MEDIDAS

- Implementação de ações para redução da judicialização:
 - Em caso de pagamento maior de benefício ou de tutela antecipada revogada na Justiça, fica autorizado o desconto do valor recebido indevidamente em outro benefício ou inscrição na dívida ativa.
 - Definição do prazo de decadência de decisões do INSS em 10 anos (o Judiciário tem interpretado que o prazo de 10 anos só se aplica para os casos de benefícios deferidos).
- É possível penhorar bens de família para pagamento de créditos previdenciários e assistenciais decorrentes de recebimento indevido ou a maior.
- Passou a prever aplicação de decadência para concessão, indeferimento, cessação, cancelamento e indeferimento de pedido de revisão e valor recebido na revisão.

OUTRAS MEDIDAS

- Alteração das atividades periciais, com ampliação de funções visando a redução de irregularidades no enquadramento para fins de isenções e outros benefícios sociais
- Estrutura hierárquica pericial é absorvida pela Secretaria de Previdência
- Bônus para a perícia médica, com intuito de rever processos específicos e realização de atividades extras



Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro
Assessor
Secretaria de Previdência
Alessandro.ribeiro@previdencia.gov.br
2021-5022